

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de dois (2) postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

Ata Um

Ao décimo primeiro dia do mês de outubro de 2023, pelas 15h00, reuniu o Júri do procedimento concursal comum, designado por despacho de 9 de outubro de 2023, da Presidente do Conselho Diretivo do IGFSS, I.P., para preenchimento de dois (2) postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, para exercer funções no Núcleo de Contratação Pública da Direção de Administração e Infraestruturas, integrada no Departamento de Gestão e Administração. -----

Estiveram presentes na reunião os seguintes elementos do Júri: -----

Presidente: Natália de Freitas Mendes, diretora da Direção de Administração e Infraestruturas; -----

1.º Vogal efetivo: Maria de Fátima Soares da Costa, coordenadora do Núcleo de Contratação Pública da Direção de Administração e Infraestruturas, que substitui a Presidente nas suas faltas e impedimentos; -----

2.º Vogal efetivo: Joana Caeiro Canário dos Santos Carmo, técnica superior do Núcleo de Recrutamento e Gestão Técnica da Direção de Recursos Humanos. -----

A presente reunião teve como objetivo fixar os parâmetros de avaliação dos métodos de seleção e a respetiva ponderação, bem como a grelha classificativa e o sistema de valoração final. -----

1. Métodos de Seleção: -----

Considerando que o procedimento concursal é limitado a trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, nos termos do n.º 5 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, e artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, adiante designada de Portaria, é adotado para o presente procedimento concursal apenas um método de seleção obrigatório - Prova de Conhecimentos (PC) / Avaliação Curricular (AC), consoante o candidato se inclua, respetivamente, no âmbito do n.º 1 e n.º 2 do artigo 36.º da LTFP e um método de seleção facultativo - Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), a aplicar a todos os candidatos. -----

Apenas os candidatos aprovados no método de seleção obrigatório serão convocados para a realização do método de avaliação facultativo. -----

1.1. Prova de Conhecimentos -----

A Prova de Conhecimentos (PC), será aplicada aos candidatos que: -----

- a) se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades, diferentes das caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar; -----
- b) se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar, mas que tenham, expressamente, afastado a avaliação curricular no formulário da candidatura. -----

A Prova de Conhecimentos (PC) visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa, constando de prova escrita, de natureza teórica, de realização coletiva, com questões de desenvolvimento e de questões de resposta de escolha múltipla e/ou de verdadeira ou falsa, efetuada em suporte de papel, incidindo sobre conteúdos de natureza genérica e ou específica, com a duração de 90 minutos. -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 20.º da Portaria, será garantido o anonimato na correção da prova de conhecimentos. -----

O Júri elaborou nesta data a prova, bem como a grelha de respostas certas e respetiva fundamentação, a qual face à sua confidencialidade fica à guarda da Presidente do Júri, em envelope fechado, até à data designada para a prestação da prova, sendo aberta no local das mesmas antes do início desta fase da avaliação. -----

Na Prova de Conhecimentos é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. -----

É permitida a consulta de legislação/documentação indicada no aviso de abertura, publicitado na íntegra na BEP. -----

1.2. Avaliação Curricular -----

A Avaliação Curricular (AC) é aplicável aos candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho publicitado, bem como a candidatos colocados em valorização profissional que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade e que não tenham afastado, por escrito, a aplicação deste método. -----

A Avaliação Curricular incidirá especialmente sobre as funções que os candidatos têm desempenhado na categoria, visando aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho. -----

Na AC é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. -----

O Júri deliberou elaborar uma ficha de avaliação que constitui o Anexo I desta ata, dela fazendo parte integrante, tendo considerado ponderar de acordo com as exigências do posto de trabalho, os seguintes fatores: -----

a) **Habilitação Literária (HL)** - Ponderação do nível habilitacional detido; -----

Para ponderação do fator Habilitação Literária, o Júri deliberou fixar as seguintes valorações: -----

Habilitação Literária (HL)	Valores
Mestrado	20
Licenciatura, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional	18

b) **Formação Profissional (FP)** – Serão consideradas as ações de formação e de aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e competências necessárias ao exercício da função, realizadas nos últimos três anos, relacionadas com a área a concurso, de acordo com os seguintes critérios: -----

- 1 (um) dia de formação equivale a 7 (sete) horas; -----
- Atribuição de 0,25 valores para ações de formação que não especificuem a respetiva duração; -----

A não apresentação dos documentos comprovativos das ações de formação e dos demais aduzidos pelos candidatos, determina a sua não consideração para efeitos de avaliação curricular. -----

Assim, fica estipulado o seguinte: -----

▪ **Ações de Formação de Caráter Específico** -----

Ações de formação de caráter específico na área funcional do posto de trabalho	Valores
Ação de Formação sem indicação da duração	0,25
Ação de formação de duração até 14 horas	1
Ação de formação de duração entre 15 e 21 horas	2
Ação de formação de duração entre 22 e 56 horas	4
Ação de formação de duração superior a 56 horas	5

▪ **Ações de Formação de Carácter Geral** -----

Ações de formação de carácter geral	Valores
Ação de Formação sem indicação da duração	0,25
Ação de formação de duração até 14 horas	0,5
Ação de formação de duração entre 15 e 21 horas	1
Ação de formação de duração entre 22 e 42 horas	2
Ação de formação de duração superior a 42 horas	3

c) **Experiência Profissional (EP)** - Corresponde à execução de atividades inerentes ao posto de trabalho em concurso e correspondente grau de complexidade e em que se pondera o desempenho efetivo de funções nas áreas correspondentes à caracterização do posto de trabalho, com avaliação da sua natureza e duração. -----

Neste fator são ponderados os anos efetivamente prestados em funções relevantes para os lugares a concurso, em que: ---

▪ **Experiência Profissional Específica:** -----

Experiência profissional específica ao posto de trabalho e ao grau de complexidade do mesmo	Valores
Até 2 anos	12
> 2 e < ou igual 5 anos	16
Igual ou > 6 e <10 anos	18
Igual ou > 10 anos	20

▪ **Experiência Profissional Geral:** -----

Experiência profissional geral	Valores
Até 3 anos	10
igual ou > 3 e < 9 anos	12
Igual ou > 9 e <15 anos	16
Igual ou > 15 anos	20

d) **Avaliação de Desempenho (AD)** – Serão ponderadas as avaliações de desempenho obtidas nos últimos 3 ciclos avaliativos. Nos casos de ausência de avaliação de desempenho no período em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, deverá o candidato juntar original da declaração do serviço comprovativa dessa circunstância. -----

Assim, o fator AD será o resultado da média dos valores atribuídos nos seguintes termos: -----

Avaliação do desempenho nos últimos 3 ciclos avaliativos - Avaliação obtida nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro	Valores
Avaliação de Inadequado	0
Avaliação de Adequado	14
Avaliação de Relevante	18
Avaliação de Excelente	20
Ausência de avaliação do desempenho em ano relevantes para o procedimento em curso	10

O Júri deliberou ainda que, no âmbito da **Avaliação Curricular**, será utilizada a seguinte fórmula: $AC = (HL + 3 FP + 5 EP + AD) / 10$, em que: -----

▪ AC = Avaliação Curricular -----

▪ HL = Habilitações Literárias -----

▪ FP = Formação Profissional -----

▪ EP = Experiência Profissional -----

▪ AD = Avaliação de Desempenho -----

Para o fator **Formação Profissional (FP)** será utilizada a seguinte fórmula: $FP = (4 AFE + AFG) / 5$, onde: -----

- AFE = Ações de Formação de Carácter Específico -----
- AFG = Ações de Formação de Carácter Geral -----

Para o fator **Experiência Profissional (EP)** será utilizada a seguinte fórmula: **EP = (3 EPE + EPG) / 4**, em que: -----

- EPE = Experiência Profissional Específica -----
- EPG = Experiência Profissional Geral -----

1.3. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) -----

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 17.º e do n.º 2 do artigo 18.º, ambos da Portaria, será aplicada como método de seleção facultativo a Entrevista de Avaliação de Competências (EAC), que visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. -----

A utilização deste método permite uma análise estruturada da experiência, qualificações e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais e vivenciadas pelo candidato. -----

O Júri determinou o seguinte: -----

- A EAC terá uma duração aproximada de 30 minutos e será baseada num guião a definir pelo Júri antes da realização da primeira entrevista, composto por um conjunto de questões temáticas a aplicar a todos os candidatos. -----
- Na EAC serão avaliadas as seguintes competências: -----
 - **Competência (C1)** - Orientação para resultados -----
 - **Competência (C2)** - Análise da informação e sentido crítico -----
 - **Competência (C3)** - Conhecimentos especializados e experiência -----
 - **Competência (C4)** - Responsabilidade e compromisso com o serviço -----
 - **Competência (C5)** - Comunicação -----
- A cada competência estão associados quatro comportamentos, cuja avaliação individual será pontuada com 1 ou 0, conforme sejam ou não demonstrados, respetivamente, nos termos do anexo II da presente ata, a que corresponde a ficha individual de avaliação da EAC. -----

A Classificação da Entrevista de Avaliação de Competências é efetuada de acordo com a seguinte fórmula: -----

EAC = C1 + C2 + C3 + C4 + C5, em que **C** = Competências -----

2. Classificação Final: -----

A Classificação Final (CF) dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, com expressão até às centésimas, de acordo com a especificidade de cada método, através da aplicação da seguinte fórmula: **CF = (PC ou AC * 70%) + (EAC * 30%)**, em que: -----

- CF = Classificação Final -----
- PC = Prova de Conhecimentos -----
- AC = Avaliação Curricular -----
- EAC = Entrevista de Avaliação de Competências -----

Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 24.º da Portaria já mencionada. -----

Mais deliberou o Júri que: -----

- A não apresentação dos documentos exigidos no aviso de abertura determina a exclusão dos candidatos quando a falta desses documentos impossibilite a admissão ou avaliação do candidato, nos termos do n.º 5 do artigo 15.º da Portaria. ----

- Os métodos de seleção são aplicados pela ordem enunciada e têm carácter eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que não compareçam à sua realização ou que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer um deles, não lhes sendo, nesse caso, aplicado o método de seleção seguinte. -----

Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a sessão e decidido lavrar a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os membros do Júri presentes. -----

Presidente

1.º Vogal

2.º Vogal

Natália de Freitas Mendes

Maria de Fátima Soares da Costa

Joana Caeiro Canário dos Santos
Carmo